

BRAGA, Ruy. *A restauração do capital: um estudo sobre a crise contemporânea*. São Paulo, Xamã, 1996.

## A CRISE DO CAPITALISMO HOJE

Jesus J. Ranieri

Universidade Estadual de Campinas

O livro *A restauração do capital*, de Ruy Braga, vem somar-se a uma, agora, clássica linha de reflexão acerca dos rumos tomados pelo capitalismo, tanto do ponto de vista da análise genérica de sua crise, quanto do ponto de vista da relação desta com uma outra que, para o autor, é o cerne da questão: o da chamada crise orgânica do próprio capital. Em outras palavras, o livro de Braga tem como parâmetro (e mérito) não este ou aquele aspecto *subliminar* do capitalismo, mas, pelo contrário, buscar penetrar por meio da sua análise naqueles aspectos (político, econômico, social) que representam a unidade interior da própria crise, unidade sem a qual, para o autor, qualquer reflexão que se pretenda séria e profunda já se põe como uma tentativa natimorta.

O profícuo diálogo proposto com autores contemporâneos que ditam decisões e conclusões teóricas no plano da investigação acadêmica é a prova fértil desta preocupação com a atualidade e o rigor internos ao debate. A interlocução é feita com Habermas (1987a e 1987b) (na “Introdução”), em primeiro lugar; e André Gorz (1982 e 1983) e Robert Kurz (1992) (no “Primeiro Capítulo”), numa perspectiva secundária; e ainda Aglietta (1979) e Piore e Sabel (1984), na reflexão sobre o chamado pós-fordismo e sua relação com o reformismo político (no “Segundo Capítulo”). Os alvos escolhidos mostram bem a dimensão da ousadia do autor, o que, é claro, acaba por tornar visível também as suas dificuldades em enfrentar alguns problemas, tanto do ponto de vista conceitual, quanto do diagnóstico da crise.

Do ponto de vista do rigor analítico, a crítica dirigida a Habermas seguramente é uma das mais bem estruturadas, uma vez que atinge o ponto nevrálgico de seu argumento, aquilo que Braga chama de “ambivalência indeterminante da técnica” (p. 63), ou seja, o crédito desmedido conferido por Habermas à autonomia da ciência e da técnica capitalistas, crédito este que acaba reverberando na ausência de determinação do capital, portanto, na insuficiência crítica de exposição de sua lógica autofágica.

Igualmente, o tratamento dispensado às contribuições de Aglietta, assim como de Piore e Sabel é, seguramente, original, posto que entre os estudiosos da reestruturação do capital, os dois últimos autores são referência obrigatória, ainda mais que, desafortunadamente, sua obra principal (*The Second Industrial Divide*) não conta ainda com uma versão para o português. E aquela originalidade se amplia pela crítica que Ruy Braga apresenta desta chamada teoria pós-fordista: o autor aponta argutamente que o atual desenvolvimento capitalista aparece, neste campo de análise, como a possível salvação da social-democracia europeia, na medida em que o pós-fordismo é visto como uma forma de organização do trabalho suscetível de superar os obstáculos gerados pela produção fordista, esta sim tomada, por estes autores, como o verdadeiro cerne da crise. Além disso, aponta também para a característica eminentemente economicista deste argumento, o que se nota pela incorporação da *política* como elemento puramente mediador das determinações econômicas — determinações que confeririam ao pós-fordismo certa autonomia na sua relação com a política enquanto *pura reforma*.

Apesar destas pungentes reflexões acerca da realidade da crise contemporânea e das dificuldades de alguns autores em enfrentá-la, o livro padece de um mal que pode ser típico de elaborações provenientes de uma dissertação de mestrado: tomar problemáticas complexas com categorias que não são suficientes para abarcá-las, pelo menos não no tratamento dispensado em *A restauração do capital*. Neste sentido, não é por acaso que os melhores capítulos do livro são justamente aqueles nos quais o autor se ocupa diretamente da análise interna das formas atuais de organização da produção e do trabalho (II e V). Em outras palavras, em virtude da consagração (e ao mesmo tempo hipostasia) da *política* enquanto elemento explicativo, estabelecem-se conceitos genéricos que tudo abarcam, por um lado, e formas conceituais que não são desenvolvidas, por outro.

Esta insuficiência fica evidente, por exemplo, quando Braga dirige sua crítica às citadas teorias economicistas (Habermas, Gorz e Kurz) a partir da compreensão que ele tem do conceito *forças produtivas*. Isto é, a intenção do autor é considerar o progresso técnico enquanto *política*, produto da *luta de classes*. Procura enfim contrapor, segundo suas próprias palavras (pp. 70-71), a *problemática* forças produtivas à suposição de que o economicismo as toma enquanto puro *dado*, mas não diz, em momento algum, o que *são* forças produtivas, nem o que *é* luta de classes, deixando incompleto o núcleo do argumento. E o problema aqui nem é o de partir do princípio de que o leitor comum já conhece o conteúdo dos conceitos com os quais trabalha. A dificuldade maior está no fato de que partir de um conteúdo suposta e abstratamente dado retira a substância verdadeiramente dinâmica do real, na medida em que se parte de um modelo pré-estabelecido (mas que só existe na cabeça do autor) que aglutina no seu interior diagnósticos e posições visceralmente distintos: é a realidade que cabe no modelo (de forças produtivas e luta de classes) e não o modelo que corresponde à realidade (das forças produtivas e da luta de classes).

No caso da semelhança teórica estabelecida (impropriamente) entre Gorz e Kurz, esta concepção se mostra por completo: é a tentativa obcecada de Braga de contrapor sua própria teoria à *não-política* que o impede de notar que, por um lado, Gorz não preconiza o fim do capitalismo, e que Kurz, por outro, apesar de cuidadoso no diagnóstico e determinista no prognóstico da crise, não sucumbe à hipótese que defende a constante recomposição auto-solucionável do capital. Rigorosamente, a análise de Braga, ao não considerar esta oposição, obriga a política a sobrepujar a ciência.

Na segunda parte do livro (Capítulos III, IV e V), a reflexão é dirigida ao imperialismo, ao neoliberalismo e à crítica da crise contemporânea à luz da “dialética da passivização” gramsciana. O argumento fundamental deste bloco é que as transformações econômico-políticas do processo burguês de desenvolvimento são produtos do conflito de classes, uma forma de consciência consubstanciada, oriunda das posições antagônicas de classe. Precisamente, são produto de uma determinada consciência burguesa que, como classe hegemônica, condiciona e absorve os pressupostos norteadores do embate entre ela e as chamadas “classes subalternas” (*passim*). Novamente aqui, elementos explicativos das categorias utilizadas são deixados de lado, e ainda assim o uso destas é corrente e determina um longo conjunto de argumentos propostos como suporte teórico para a historicização do controle hegemônico burguês dos últimos cinquenta anos, marcadamente a crise que se abre a partir dos anos 70.

Anunciando que o seu “ponto de partida radica na constatação de que a crise capitalista contemporânea é o produto mais evidente da síntese das contradições e antagonismos amadurecidos no âmbito de uma particular correlação de forças estabelecida entre burguesia, classes subalternas e Estados-nações ao longo do processo de expansão do imperialismo ocidental”, Braga toma como “sobredeterminante” (conceito também não desenvolvido) a relação de concorrência deste último “com o bloco coletivista de Estado (o chamado ‘socialismo realmente existente’) entre os anos 50 e 70 deste século” (p. 155), sintetizando esta oposição na “crise generalizada das exigências da acumulação do capital em nível internacional, articulada à crise dos fundamentos do consentimento das classes subalternas ao projeto colonialista ou neocolonialista, incluindo aí a crise generalizada da estratégia *welfare* do Estado burguês para o caso dos países imperialistas” (pp. 156-157). O problema é que, do ponto de vista metodológico, no interior dos conceitos de classes subalternas e até mesmo de revolução, cabem eventos e manifestações diversos, cuja inserção em compromissos verdadeiramente revolucionários tem que ser posta em dúvida.

Às vezes de forma cuidadosa, às vezes sem respeitar qualquer mediação, as citações vão surgindo indiscriminadamente, e são arrolados como revolucionários conflitos como o de Maio de 1968<sup>1</sup>, os movimentos feminista e de minorias de fins dos anos 60 e início dos 70, bem como os movimentos de independência em diferentes países. Então, fica a pergunta: até que ponto relacionar movimentos de reivindicação e transformação sociais com revolução significa responder aos desígnios revolucionários dos tempos modernos de forma criteriosa? Precisamente, o que se percebe é que o cuidado com a “luta de classes” raramente se articula com

---

<sup>1</sup> Uma interessante sugestão bibliográfica sobre o movimento estudantil e a produção filosófica vinculada ao Maio de 68 é o livro de Luc Ferry e Alain Renaut (1988). O mote da obra é que a noção de revolução vinculada à intenção dos participantes do movimento pode ser associada à preservação da individualidade em oposição a uma (falsa) interpretação do humanismo enquanto manifestação metafísica. Assim, a própria noção de revolução já seria posta em causa, uma vez que a investigação de seus motivos ideológicos pode revelar uma articulação interna que pouco ou nada tem a ver com reivindicações de classe.

a lógica interna do próprio capital, do ponto de vista de sua crise orgânica. O fundo do argumento é sempre a passivização, e em momento algum o texto revela o conteúdo efetivo da luta de classes; as “contradições classistas” jamais se expõem do ponto de vista de sua imanência.

Apesar destas imprecisões, é indubitável que o livro de Braga contribui enormemente ao demonstrar a integração, no plano teórico, entre as modernas interpretações a respeito da reestruturação do capital e a contra-ofensiva do próprio capital. Sua obra é uma excelente resposta às artimanhas teóricas daqueles que reduzem o conteúdo da crise à pura forma do desenvolvimento da técnica, e é também o desvendamento do fetiche das teorias contemporâneas a respeito dessa mesma crise. É assim quando, por exemplo, explora exaustivamente (no Capítulo 5) a relação entre Estado e forças produtivas na sua variante neoliberal associada à reestruturação produtiva; quando vê que o controle da tecnologia é condicionado pela necessidade do controle sobre o trabalhador; quando aponta de maneira especialmente feliz a relação entre taylorismo e novas tecnologias como sendo a consolidação da separação entre concepção e execução do trabalho (programação e manutenção enquanto novos focos de poder, em detrimento da execução propriamente dita do trabalho), não esquecendo aí de tematizar também a tendência à desqualificação do trabalhador; e quando associa toyotismo (a forma contemporânea do imperialismo) e ofensiva do capital na forma “de quebra do poder operário no interior da produção [...] e incremento do controle sobre o trabalhador coletivo” (p. 246).

É neste contexto que *A restauração do capital* deve figurar como uma contribuição decisiva ao debate contemporâneo acerca da crise do capitalismo e, claro, do próprio capital. Se as objeções ao aporte conceitual do autor podem ser muitas e diversas, é igualmente verdadeiro que Ruy Braga, muito mais do que outros autores de renome acadêmico, ao refletir sobre os rumos tomados pela organização do trabalho e do capital, põe realmente “o dedo na ferida”. E isto não somente por defender um argumento distinto da concepção dominante, mas porque o faz de maneira empenhada e competente.

*Recebido para publicação em setembro de 1997.*

Jesus J. Ranieri (rarenier@turing.unicamp.br) é Mestre em Sociologia e doutorando em Ciências Sociais na UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas).

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGLIETTA, Michel. (1979). *Regulación y crisis del capitalismo*. Madrid, Siglo XXI.
- FERRY, Luc e RENAUT, Alain. (1988). *Pensamento 68*. São Paulo, Ensaio.
- GORZ, André. (1982). *Adeus ao proletariado*. Rio de Janeiro, Forense-Universitária.
- GORZ, André. (1983). *Les chemins du paradis (l'agonie du capital)*. Paris, Galilée.
- HABERMAS, Jürgen. (1987a). *Técnica e ciência como ideologia*. Lisboa, Edições 70.
- HABERMAS, Jürgen. (1987b). “A nova intransparência”. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, 18: 103-114, set.
- KURZ, Robert. (1992). *O colapso da modernização*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- PIORE, M. e SABEL, C. (1984). *The Second Industrial Divide*. New York, Basic Books.

\* \* \*

